

Entrevista: Eduardo Campos

Inovar para crescer

Edição: *Claudia Asazu*

A Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), a criação de uma Frente Plurissetorial em Defesa da Ciência, Tecnologia e Inovação no Congresso Nacional e o aumento dos investimentos totais do governo federal para essa área são



alguns exemplos que demonstram que a ciência, a tecnologia e a inovação criaram um novo espaço na política nacional. Quem chama a atenção para as mudanças em curso é o ministro da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos, na entrevista à *RSP*, cujas respostas foram encaminhadas por escrito em 14 de junho de 2005. Para 2006, as metas do MCT são de formar 10 mil doutores/ano e de ampliar os investimentos em CT&I de 1% para 2% do PIB, afirma o ministro. Formado em economia pela Universidade Federal de Pernambuco, Eduardo Campos assumiu o ministério no final de janeiro de 2004, quando estava em seu terceiro mandato como deputado federal (PSB/PE). As perguntas para a entrevista foram elaboradas por Evando Mirra, presidente do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), Paul Houang, diretor do Centro de Pesquisa do grupo francês Saint-Gobain, pelo geólogo Jefferson Simões, professor da UFRGS, pela jornalista Mônica Teixeira e pela Redação da revista.

Evando Mirra – *A emergência de ciência, tecnologia e inovação no cenário político do País é um fato novo. O Congresso Nacional criou recentemente a Frente Plurissetorial em Defesa da CT&I quando, há vinte anos, eram pouquíssimos os congressistas que se debruçavam sobre o tema. Por outro lado, sabe-se, por exemplo, que no Parlamento Europeu, nada menos que 25% das leis votadas fazem menção explícita à C&T. Ou seja, trata-se de matéria que emerge politicamente em virtude de seu valor estratégico. Qual é o lugar da ciência, tecnologia e inovação no espaço político brasileiro? C&T pode ser considerada uma variável relevante do jogo político hoje?*

Eduardo Campos – Existe, de fato, uma percepção crescente do novo lugar que as questões ligadas à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação assumem na vida dos países. Com a nova Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), que tem a inovação como eixo central, o Brasil voltou a ter uma política nacional de desenvolvimento após quase três décadas. O Congresso, por sua vez, não se tem furtado a votar matérias relevantes, como a Lei de Inovação Tecnológica (Lei nº 10.973, de 02/12/04). A Câmara dos Deputados e o Senado apreciaram a matéria em tempo recorde – foram apenas sete meses –, aprovada por unanimidade nas duas Casas.

Outro exemplo do empenho do Parlamento é a prorrogação dos benefícios da Lei de Informática até 2019, ampliando os investimentos do setor em pesquisa e desenvolvimento. A matéria também teve seu trâmite no Legislativo agilizado e foi sancionada no dia 30 de dezembro de 2004. Finalmente, o Orçamento Geral da União destinado à área, reflete a importância política que a CT&I vem ganhando nos últimos anos. De 2004 a 2007, os investimentos totais do governo federal em CT&I alcançaram R\$ 37,6 bilhões, valor 54% maior

que os R\$ 24,4 bilhões empregados no período 2000-2003. Já para o orçamento do MCT estão previstos R\$ 2,6 bilhões em 2005, o que aponta um aumento, em relação a 2004, de cerca de 20%, quando o valor atingiu R\$ 2,1 bilhões.

Evando Mirra – *Para que a C&T venha a ser um projeto político que tenha legitimidade perante a sociedade (ela não pode, por exemplo, reduzir-se a um projeto elitista), é preciso um “contrato social”, ou seja, um pacto entre o Estado e os diversos atores sociais, cuja negociação é bastante difícil. Vejo que o Brasil está hoje em fase de construção desse contrato. Quais são os aliados nesse projeto?*

Eduardo Campos – Na construção desse pacto nacional pelo crescimento, deve-se ressaltar a atuação conjunta do MCT com os estados por meio das Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) e do Fórum Nacional de Secretários de C&T.

Entre as ações de parceria com os estados, destacam-se o Programa de Desenvolvimento Científico Regional, pelo qual foram assinados 419 convênios com os estados, no valor total de R\$ 64 milhões, por meio das FAPs², os editais de apoio financeiro a projetos de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico, pelos quais serão apoiados projetos de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico que ajudem a estruturar os sistemas estaduais de CT&I³; o Programa Nacional de Apoio a Incubadoras e Parques Tecnológicos (PNI), cujo foco é o apoio à estruturação de redes estaduais e regionais de incubadoras de empresas⁴, e o Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas (Pappe), presente em 19 estados, nos quais 540 empresas estão envolvidas e há 570 projetos em andamento⁵.

Hoje, quando definimos uma linha de financiamento para determinado foco ou quando determinamos se essa ou aquela

área será priorizada, isso só é feito em consonância com as necessidades regionais. Isso, claro, no âmbito das prioridades e estratégias de crescimento nacional.

Evando Mirra – *O Brasil gera hoje um volume significativo de conhecimento científico e tecnológica. Entretanto, o País ainda está longe de atingir a maturidade nessa área. Uma lição que pode ser extraída dos EUA, da Europa e do Japão é que o Estado exerce um papel inescapável no desenvolvimento da C&T: não há país que se tenha tornado competitivo sem uma poderosa intervenção estatal. Qual é o papel do MCT nesse contexto?*

Eduardo Campos – Realmente não há experiência exitosa de desenvolvimento no mundo que tenha prescindido do poder público como agente de fomento, incluindo a sua dimensão científica e tecnológica. No Brasil, não será diferente. Com exceção das empresas que detêm a liderança em suas áreas no mercado mundial, a tendência é não investir pesadamente em desenvolvimento tecnológico e inovação, uma vez que o custo envolvido é alto e o risco de não-retorno, imenso.

Para mudar esse quadro, o governo federal, no campo de atuação do MCT, elegeu inicialmente duas metas para 2006: a formação de 10 mil doutores e a ampliação do investimento em CT&I de 1% do PIB para 2%. Entretanto, essas metas deverão ser alcançadas através de um modelo com a maior participação do setor privado. É assim na maior parte dos países que você citou.

Paul Houang – *O Grupo Saint-Gobain concentra sua área de P&D na Europa e nos EUA. Nos outros países em que está presente, o Grupo faz um esforço de desenvolvimento no sentido de se adaptar às matérias-primas locais e promover algumas modificações de produto. Em um mercado globalizado,*

onde as empresas atuantes tendem a ser as mesmas e os produtos, muito parecidos, esta política de concentração da área de P&D me parece plenamente justificada. Nesse contexto, qual a visão do ministro sobre a importância da C&T no Brasil? O Brasil tenderia a ser um país de periferia, destinado a adaptar soluções encontradas no exterior?

Eduardo Campos – A compra de tecnologia no exterior é a saída mais simples: a tecnologia já está desenvolvida, sua eficácia está comprovada, além de ser mais em conta comparativamente ao risco do investimento em inovação. Porém, não é o nosso caminho, nem condiz com a grandeza do Brasil. Temos de aproveitar o parque industrial pujante e o sistema de ciência e tecnologia

“As políticas adotadas buscam repetir experiências de sucesso como a da Embrapa, Petrobras, Marinha e Aeronáutica”

complexo e abrangente que construímos e avançar para um novo paradigma, que é o da inovação. Seria injusto com aqueles que construíram tudo isso e com a própria sociedade se pensássemos diferente. Exemplos do nosso potencial não faltam e as políticas que estão sendo adotadas buscam repetir experiências de sucesso, como a da Embrapa, cuja atuação permitiu as atuais vantagens comparativas do nosso agronegócio no mercado mundial; a da Petrobras, com sua tecnologia de ponta pioneira para prospecção de petróleo em águas profundas; a da Marinha, que, ao superar entraves internacionais, desenvolveu sua própria tecnologia de enriquecimento de urânio; e a

da Aeronáutica, cujos esforços resultaram na criação da Embraer e no desenvolvimento de tecnologia de lançamento de foguetes.

Paul Houang – *O País pode esperar ser líder em alguma área industrial? Qual o espaço do Brasil no mundo globalizado?*

Eduardo Campos – O País está-se preparando para competir internacionalmente, em especial nos quatro setores estratégicos da PITCE: *software*, semicondutores, fármacos e bens de capital. Em todos eles há nichos em que podemos atuar de maneira consistente se nos prepararmos bem. Além disso, podemos nos beneficiar das vantagens competitivas de que já dispomos e que estamos construindo nas chamadas áreas portadoras de futuro da PITCE – nanotecnologia, biotecnologia, biomassa e energias renováveis. Nas pesquisas do genoma, por exemplo, estamos na vanguarda, figurando entre os poucos países do mundo a decifrar um código genético; na área energética, somos o país com maior participação em energias renováveis na matriz de energia; tudo isso sem falar na nossa tecnologia para informatização bancária, que tem alto potencial de exportação. Entretanto, muitas dessas iniciativas ainda são isoladas. Precisamos trabalhar para fazer com que nosso investimento em PD&I seja crescente e constante.

Paul Houang – *A pesquisa pública poderá alavancar o crescimento industrial brasileiro em algum setor específico? Existe atrativo para que grupos industriais internacionais desenvolvam pesquisa privada?*

Eduardo Campos – Em sua maioria os grupos industriais internacionais desenvolvem P&D no País. No setor de telecomunicações, como a competitividade é alta, investir em P&D é vital. A Siemens do Brasil, por exemplo, tem projetos de

pesquisa com 12 instituições, que somam investimentos de R\$ 45 milhões, gerando oito patentes. Da mesma forma, podemos falar da Ericson e de tantas outras.

Quanto à pesquisa pública, penso que as universidades, os institutos e os centros pesquisa podem contribuir para alavancar o crescimento de diversos setores, a exemplo de *software*, semicondutores, nanotecnologia, biotecnologia e outros.

A Lei de Informática, por exemplo, prevê benefício adicional aos bens desenvolvidos e produzidos no País, que passam a ter redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de 95%, contra uma redução de 80% para aqueles apenas produzidos.

Jefferson Simões – *Quais as iniciativas do MCT para aumentar o conhecimento público sobre a relevância da ciência brasileira? Existe uma política de comunicação social para melhorar o entendimento dos cidadãos e dos formadores de opinião sobre nossos avanços e problemas e sobre o impacto disso na qualidade de vida do brasileiro?*

Eduardo Campos – O governo Lula estabeleceu como prioridade a dimensão social e, para atendê-la, foi realizada uma mudança na estrutura organizacional do MCT. Em 2003, foi criada a Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social (SECIS) e, dentro dela, o Departamento de Popularização e Difusão da Ciência.

Merecem destaque algumas de suas ações. Em outubro de 2004, a secretaria coordenou a 1ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, ocasião em que diversas instituições de pesquisa e universidades do País abriram suas portas para visita pública⁶. O evento foi instituído por meio de decreto presidencial para acontecer todo ano no mês de outubro, com o objetivo de ampliar o interesse da população em torno de temas científicos.



Outra ação é o Projeto Ciência Móvel, lançado durante a 56ª SBPC, em julho de 2004. O projeto faz parte de um conjunto de iniciativas da secretaria com a Academia Brasileira de Ciências (ABC). A ele foi destinado R\$ 1,5 milhão⁷. No primeiro semestre de 2004, a SECIS liberou ainda R\$ 4 milhões para a modernização dos museus e centros de ciências⁸. Nesse mesmo período, a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep/MCT) liberou R\$1,3 milhão de recursos do fundo setorial de energia (CT-energia) para nove projetos que integram o Programa de Difusão e Popularização da Ciência e apoio a Centros e Museus da Ciência da SECIS⁹.

Em 2005, merece destaque o apoio dado pelo MCT ao 4º Congresso Mundial de Museus e Centros de Ciência, realizado no Rio de Janeiro, em abril. O evento contou com a participação de mais de 30 países e recebeu mais de 100 mil visitantes.

O MCT apóia, ainda em 2005, as comemorações do Ano Mundial da Física no Brasil. Destinou R\$ 1 milhão para o financiamento das atividades. Os recursos estão sendo repassados para a Sociedade Brasileira de Física (SBF). Do total, a SBF designou R\$ 750 mil para o custeio de

programações locais em todas as regiões brasileiras. O restante será utilizado para a organização de atividades integradas em todo o País como, por exemplo, exposições itinerantes.

Jefferson Simões – *Observa-se total inadequação das universidades federais para absorver, no sistema de ensino e pesquisa, os jovens doutores que retornam ao Brasil, principalmente nas novas áreas de conhecimento. Os raros concursos públicos para essas instituições são geralmente destinados a áreas de conhecimento tradicionais e para resolver problemas imediatos (falta de professores em disciplinas específicas). Não existe planejamento estratégico e tampouco parece existir um programa específico que valorize novos conhecimentos e criatividade. É necessária uma iniciativa nesta área, ou a fuga de cérebros aumentará nos próximos cinco anos? Qual é a política do governo federal para reverter essa situação?*

Eduardo Campos – A fuga de cérebros na área de C&T é um fenômeno universal. Os grandes receptores de “cérebros” são os EUA e a União Européia. Os grandes exportadores são os países em desenvolvimento. O Brasil, de fato, produz mais doutores do que os assimila. Essa realidade tem duas facetas. Uma, altamente positiva, pois antecipa um desenvolvimento econômico que encontrará quadros qualificados para lhe dar suporte. Outra, temporariamente negativa, por causar um superávit de quadros qualificados e seu conseqüente sub-emprego. Nos países desenvolvidos, cerca de 90% dos doutores em atividade são empregados pelo mercado empresarial. Apenas 10% estão em universidades e congêneres. No Brasil, a situação é inversa.

Agrava o problema o fato de que o mercado de trabalho representado pelas universidades públicas e privadas é necessariamente finito e não pode absorver toda nossa produção de doutores, estimada em

10 mil/ano para 2006. A absorção desses doutores deverá ser completada pelo parque empresarial.

No momento, porém, nossas empresas ainda encontram grandes dificuldades para o desenvolvimento de C&T próprias. A política industrial do governo Lula, e, dentro dela, a Lei de Inovação, associada à correta utilização dos fundos setoriais do MCT, podem contribuir para alavancar o processo de desenvolvimento empresarial.

Estamos, de outra parte, facilitando o acesso às bolsas de pós-doutorado. Criamos o pós-doutorado na indústria e concedemos bolsas para que doutores do Sul e Sudeste se insiram no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, tanto em instituições de pesquisa e ensino públicas ou privadas, como também em indústrias que tenham programas em C&T.

Jefferson Simões – *Há alguma iniciativa conjunta do MEC/MCT para revalorizar o professor universitário por meio de um novo plano de carreira? Ainda não existe, em particular, nenhum programa de valorização de líderes científicos nas áreas de vanguarda. Acumulam-se professores adjuntos (nível IV) sem perspectiva de carreira. Qual poderia ser a solução?*

Eduardo Campos – A política de recursos humanos em relação aos professores universitários está sob a coordenação do MEC. O que poderíamos relacionar de atuação conjunta é a participação do MCT nas discussões sobre a Reforma Universitária.

Além disso, uma das principais ações do governo federal nesse âmbito foi a liberação de vagas para concursos nas Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes). Em outubro de 2004, o ministro da Educação, Tarso Genro, anunciou a abertura de 6 mil vagas para professores das universidades federais. Dessas, 2,5 mil foram autorizadas em novembro passado; outras mil estão previstas

para este ano e mais 2,5 mil devem ser preenchidas até o final de 2006.

Segundo informações do MEC, a Secretaria de Educação Superior (SESu/MEC) já vem desenvolvendo, juntamente com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), um dimensionamento do quadro de pessoal das universidades, por meio de simulações, para definir a distribuição de vagas entre as instituições.

Mônica Teixeira – *O fato de o governo estar engajado na implementação de uma proposta de Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior e de o MCT ter compromisso com ela pode levar o Ministério a perder sua especificidade, transformando-se numa espécie de “secretaria especial” do Ministério da Fazenda e do Ministério do Desenvolvimento?*

Eduardo Campos – O MCT tem uma agenda mais ampla, relacionada às múltiplas maneiras com que ciência e tecnologia permeiam, de fato, um amplo espectro de atividades relacionadas à vida nacional. Na PITCE, o MCT está presente diretamente em 22 ações, coordenando a execução de algumas delas e atuando em articulação com outros ministérios em outras. Entre as que coordenamos estão a instalação do Centro de Prototipagem (Ceitec) no Rio Grande do Sul, para desenvolver a prototipagem nacional de chips, o desenvolvimento do Programa Nacional de Microeletrônica e a implantação da fábrica de radiofármacos. Com a Finep, desenvolvemos o Programa de Inovação Tecnológica e Arranjos Produtivos Locais (APLs), por meio do qual iremos apoiar 50 APLs em todo o Brasil, apenas para citar algumas ações.

Além das atividades da política industrial, temos uma extensa agenda a cumprir em relação aos eixos que estruturam as nossas ações estratégicas na área de C&T. No eixo que denominamos “objetivos

estratégicos nacionais”, vamos, por exemplo, buscar a retomada do Programa Espacial, sobretudo do Veículo Lançador de Satélite (VLS), além do desenvolvimento de satélites e da colocação de um satélite geostacionário para monitorar o território brasileiro; promover a continuidade do programa nuclear, de forma a garantir o domínio completo do ciclo do enriquecimento do urânio no País, a partir da tecnologia desenvolvida nos centros de pesquisa da Marinha; integrar a região amazônica ao território nacional por meio das ações de C&T que explorem, com base no interesse nacional e no desenvolvimento sustentável, a singular biodiversidade da Amazônia; dar dimensão científica e tecnológica ao projeto de integração da América do Sul, por meio de uma série de programas visando intensificar a cooperação nesse domínio, e respaldar a interação com outros pólos do mundo (África do Sul, China, Índia, Rússia) em que há forte interface com a área de C&T.

Em outro eixo, o da inclusão social, apoiamos, por exemplo, programas e ações voltados para o desenvolvimento sustentável da região do semi-árido, criando os chamados Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs), uma modalidade de centros de educação tecnológica vinculados aos APLs, assim garantindo sobrevivência, emprego e renda nas regiões mais carentes.

Mônica Teixeira – *O MCT agiu com competência e eficácia no final do ano passado para obter a execução integral do orçamento. Que lições sobre a administração das agências e da máquina vão ficar para os próximos anos?*

Eduardo Campos – Entre as lições aprendidas nesse processo, vale ressaltar a reformulação do ambiente político de debate das questões de CT&I, alcançado com a disposição para o diálogo entre o ministério e a comunidade científica e

acadêmica e ainda o processo que culminou na garantia do aumento de recursos para programas e projetos da área.

Para dar continuidade a esse trabalho, elaboramos um plano estratégico, composto por um plano horizontal e três eixos verticais. O plano horizontal prevê a transformação de um sistema de C&T, hoje concentrado nas ações do governo federal e de alguns estados da Federação, em um sistema nacional de CT&I, com a participação de agentes públicos e privados. Esse trabalho demandará, entre outros aspectos, ampliação dos programas de formação de recursos humanos, novos marcos regulatórios e novas fontes de

“Nos países desenvolvidos, cerca de 90% dos doutores são empregados pelo mercado. Apenas 10% estão em universidades e congêneres. No Brasil, a situação é inversa.”

financiamento, melhor integração dos sistemas estaduais e municipais ao projeto nacional e modernização dos instrumentos de comunicação entre as unidades de pesquisa e desenvolvimento do País.

Os três eixos verticais contemplam a participação do MCT na PITCE, os programas estratégicos nacionais e as ações de CT&I para inclusão e desenvolvimento social.

Da Redação – *A Lei de Inovação Tecnológica prevê, entre outros, o compartilhamento de infra-estrutura e recursos humanos públicos e*

privados. Sabemos, por outro lado, que mais de 60% do investimento em pesquisa no País é público e grande parte da infra-estrutura de pesquisa existente é também pública. Se há possibilidade de utilizar a infra-estrutura pública, qual o incentivo para que empresas criem seus próprios espaços de pesquisa? De outra parte, como garantir que a inovação gerada como resultado da lei não seja apropriada unicamente pelas empresas e reverta-se em benefício para a sociedade?

Eduardo Campos – O governo federal acabou de enviar ao Legislativo o conjunto que trata dos incentivos fiscais à inovação. A matéria está contemplada no capítulo 3º da Medida Provisória nº 252/2005, conhecida como “MP do Bem”. O novo sistema reduz a burocracia, aperfeiçoa o sistema de incentivos atual, tornando-os mais atraentes para as empresas, que poderão, por exemplo, abater do Imposto de Renda despesas com a contratação de mestres e doutores para atuar em inovação. A empresa poderá excluir do IR 160% dos seus dispêndios com P&D. O percentual poderá se elevar em mais 20%, se a empresa tiver mestres e doutores trabalhando nas suas linhas de pesquisa, e totalizar 200% no caso de o objeto da pesquisa redundar em patente. Portanto, ela poderá credenciar até o dobro das suas despesas para abatimento do Imposto de Renda. Além disso, as empresas poderão requerer uma subvenção no valor de até 50% dos gastos com a remuneração de mestres e doutores que contratarem. Na prática, isso poderá significar que, de cada três doutores contratados, por exemplo, com um deles a empresa não terá despesas referentes a salário. Outra novidade do sistema proposto pelo governo é a possibilidade de uma empresa de maior porte, dentro de uma cadeia produtiva, transferir recursos para financiar projetos inovadores em pequenas empresas da mesma cadeia. Essa modalidade de incentivo é um avanço em termos mundiais.

A modalidade é interessante para a empresa “doadora”, que poderá incluir o investimento nas suas despesas de P&D, e não no lucro líquido, para efeito de dedução do IR, e também para a empresa “receptora”, que manterá a sua situação de integrante do SIMPLES, já que o investimento recebido não será considerado como faturamento. A expectativa é de que, com a introdução desse mecanismo, sejam criadas diversas empresas dedicadas especificamente à inovação.

Penso que os incentivos fiscais somados aos canais abertos pela lei, como a autorização para aporte de recursos públicos diretamente às empresas, a subvenção econômica, possibilitarão a criação de espaços próprios de inovação nas empresas, não só nas de grande porte, onde já é possível encontrar esses espaços consolidados, contribuindo para aprimorá-los, mas principalmente nas pequenas empresas, onde a contribuição do Estado, com a sua infraestrutura e competência, ainda é essencial.

A Lei de Inovação, vale lembrar, é um mecanismo da política industrial e, portanto, um instrumento de desenvolvimento do País, que tem como fim o benefício à sociedade, seja ampliando nossa competitividade internacional, gerando mais divisas e empregos, seja promovendo a colocação de produtos melhores e mais baratos para o consumidor interno.

Da Redação – *O MCT tem programas em TI e o Programa Sociedade da Informação. Como o Ministério pode atuar no aperfeiçoamento da máquina pública, para que o serviço público atue coeentemente, alinhado a programas como aqueles?*

Eduardo Campos – No que se refere ao relacionamento do governo com o cidadão, a utilização das tecnologias da informação permite progresso, facilidade e maior agilidade nos processos burocráticos. Um exemplo é o programa de declaração de renda pela Internet, que foi

utilizado em 2004 por 17 milhões de contribuintes. O sistema eleitoral é outro. Está totalmente automatizado e atende 5.561 municípios, com um universo de 108 milhões de eleitores. As soluções de automação bancária no Brasil são comparáveis às dos países desenvolvidos e, em alguns casos, superiores. O Sistema de Pagamentos Brasileiro, coordenado pelo Banco Central, possibilita a realização, em rede e em tempo real, da maioria das transferências bancárias. O atendimento ao público representa um total de mais de 20 bilhões de transações/ano e tem 72,5 % das transações realizadas eletronicamente.

Em relação ao programa Sociedade da Informação, baseado no processamento e distribuição de informações por meios eletrônicos, sua concretização no Brasil precisa observar princípios da igualdade social e econômica, participação social e soberana democracia política.

Em 2004, foi realizada uma eleição eletrônica e aberta para a escolha dos representantes do Comitê Gestor da Internet no Brasil¹⁰. Foi a primeira vez que representantes da sociedade civil foram escolhidos para integrar o comitê e debater, junto com o governo, prioridades para a área. Essa forma de eleição está de acordo com as propostas defendida pelo Brasil na Conferência Mundial da Sociedade da Informação, ocorrida em Genebra em 2003. A democratização da eleição dos seus membros representou uma evolução significativa e o processo de governança da Internet no País ganhou maior legitimidade e transparência.

Da Redação – *Quando falamos em C&T, sempre devemos pensar nos custos de seu acesso. Existem programas do MCT que pretendam levar C&T ao cidadão aparentemente excluído de tal acesso, em outras palavras, que visem a sua “inclusão tecnológica”?*

Eduardo Campos – O MCT tem como política o estímulo e a popularização de ações de inclusão social, digital e tecnológica. Facilitar o acesso a informações, fazer com que a empresa brasileira conheça o potencial inovador das nossas pesquisas é uma das ações.

Para alcançar o objetivo de inclusão digital, existem duas iniciativas centrais coordenadas pelo governo federal: o PC Conectado e o Projeto Casa Brasil. Hoje a exclusão é a regra – apenas 14,4% dos brasileiros têm acesso a computador. A meta do Programa PC Conectado é, em quatro anos, dotar sete milhões de domicílios da classe C (renda média de três a dez salários mínimos) de computadores¹¹,

“Pela ‘MP do Bem’, empresas poderão abater do IR despesas com a contratação de mestres e doutores para atuar em inovação.”

com a produção de 1 milhão de unidades já no primeiro ano. A meta terá evidente rebatimento na indústria brasileira de *software*.

Já o Projeto Casa Brasil é direcionado para a implantação de telecentros comunitários. Coordenado pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) e pelo MCT, o projeto irá combater a exclusão digital e social por meio da universalização e popularização do acesso público e gratuito às tecnologias de informação e de comunicação. A meta é implantar mil Casas Brasil até o final de 2006.

Outro aspecto que é preciso ressaltar é o esforço em incentivar o acesso à informação tecnológica. Vale destacar o Portal da Inovação, do MCT, lotado no Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE)¹², que envolve vários parceiros e fornece informações sobre todo o sistema de serviços tecnológicos e a capacitação tecnológica do País. O portal introduz sistemas simplificados de informações, demandas e localização para as empresas.

O MCT apóia também, com recursos dos fundos setoriais, as Redes de Capacitação Tecnológicas, coordenadas pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL)¹³. Tratam-se de redes de articulação de competência, que favorecem o acesso a pequenas e médias empresas, fornecendo informações. Além desses, apoiamos o Portal da Capes, que fornece informações aos bancos de patentes.

Notas

¹ A Frente Plurissetorial em Defesa da Ciência, Tecnologia e Inovação foi criada em outubro de 2004. É composta de deputados federais, senadores e representantes acadêmicos, empresariais e do governo. (Nota da Editora)

² O Programa de Desenvolvimento Científico Regional tem como objetivo apoiar projetos vinculados às instituições de pesquisa regionais que têm carência de pesquisadores qualificados. (Nota do Ministro)

³ Nos editais de apoio financeiro a projetos de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico, a contrapartida dos estados será feita mediante critérios propostos pelos dois fóruns, pelos quais os estados com menor PIB desembolsam recursos em menor proporção que os demais. Os editais comprometem valores não-reembolsáveis de até R\$ 30,5 milhões, sendo R\$ 15,5 milhões em 2005 e R\$ 15 milhões em 2006, originários dos fundos setoriais. (Nota do Ministro)

⁴ O Programa Nacional de Apoio a Incubadoras e Parques Tecnológicos (PNI) é desenvolvido pelo MCT, com a colaboração do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Banco do Nordeste, do Sebrae, do Senai, do Instituto Euvaldo Lodi e da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas (Anprotec). Em 2004, o programa destinou R\$ 10 milhões a 65 projetos de estruturação de redes estaduais e apoio à capacitação de empreendedores incubados, e R\$ 4 milhões a 11 projetos de elaboração de planos de investimentos de parques tecnológicos. (Nota do Ministro)

⁵ Os oito estados restantes que ainda não fazem parte do Pape, mas estão em fase de articulação para adesão, são: Rondônia, Roraima, Acre, Amapá, Piauí, Maranhão, Paraíba e Espírito Santo. A operação baseia-se no apoio direto ao pesquisador, associado a uma empresa já existente ou em implantação. Em 2003, foram liberados R\$ 24 milhões para o programa, passando para R\$ 56 milhões em 2004. Em 2005, até o presente, as liberações já atingiram o montante de R\$ 24 milhões. (Nota do Ministro)

⁶ A primeira edição da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia contou com o apoio de 500 instituições e promoveu 1.842 atividades de divulgação científica em 252 municípios, distribuídos por todos os estados. Só no Rio e em São Paulo, a série de eventos reuniu, respectivamente, 80 mil e 130 mil participantes. (Nota do Ministro)

⁷ Essa idéia surgiu a partir da experiência bem sucedida do Museu de Ciência e Tecnologia da PUC do Rio Grande do Sul, que construiu um museu de ciência itinerante em um caminhão para

levar atividades de divulgação científica para periferias e cidades do interior do estado. (Nota do Ministro)

⁸ Os recursos contemplaram 135 projetos aprovados por meio de chamada pública realizada pelo CNPq/MCT, no final de 2004. Os projetos previam, além de melhorias nas instalações existentes, a compra de novos equipamentos e ações institucionais de popularização e difusão da ciência. (Nota do Ministro)

⁹ Vale ressaltar que o programa conta, ainda, com recursos de diversos fundos setoriais, uma vez que o novo modelo de gestão desses fundos prevê uma ação integrada em torno de programas transversais. (Nota do Ministro)

¹⁰ Mais informações estão disponíveis no sítio do comitê: www.cg.org.br (Nota da Editora)

¹¹ As máquinas devem custar no máximo R\$ 1,4 mil, a serem pagas em 24 ou 30 parcelas de R\$ 50,00. Os computadores terão a configuração de um micro convencional e adotará exclusivamente programas de *software* livre. A estimativa é que o computador tenha vida útil de pelo menos cinco anos. (Nota do Ministro)

¹² www.cgee.org.br (Nota da Editora)

¹³ www.iel.org.br (Nota da Editora)

Evando Mirra de Paula e Silva

Doutor em Ciências pela Universidade de Paris XI e exerce atualmente o cargo de presidente do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). Foi presidente do CNPq entre 1999 e 2001.

Mônica Teixeira

Jornalista responsável pela editoria especial de Ciência, Tecnologia e Saúde da TV Cultura de São Paulo, é diretora de redação da publicação eletrônica *Inovação Unicamp* (www.inovacao.unicamp.br) e assina a coluna “Circuito Ciência & Inovação” da *Revista Desafios do Desenvolvimento* (Ipea/PNUD).

Paul Houang

Engenheiro civil formado pela Escola Politécnica da USP (1977), doutor em Engenharia pela Université de Technologie de Compiègne (França) e diretor do Centro de Pesquisa do Grupo Saint-Gobain na área de materiais de construção (Paris/França), desde 2003.

Jefferson Cardia Simões

Geólogo e glaciólogo, professor da UFRGS, *PhD* em Glaciologia no *Scott Polar Research Institute* da Universidade de *Cambridge* (Reino Unido). Foi o primeiro brasileiro a realizar travessia no continente Antártico (novembro e dezembro de 2004).

